

ELEIÇÕES

Corrida por título congestionou site do TSE

Termina amanhã o prazo para tirar ou regularizar o documento e votar em outubro. Corte chegou a registrar, ontem, quase meio milhão de acessos simultâneos

» CRISTIANE NOBERTO

A Justiça Eleitoral encerrou, amanhã, o prazo para os brasileiros tirarem, regularizarem ou transferirem o título de eleitor e possam exercer o poder de voto no pleito de outubro. A procura de última hora pelos serviços provocou instabilidade, ontem, das redes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo a Corte, o grande volume de acesso simultâneo, de quase meio milhão de brasileiros, congestionou os sistemas. “Até as 17h, foram realizados 431 mil atendimentos”, informou o TSE, em nota. “As áreas técnicas responsáveis já trabalham para o restabelecimento das páginas e dos sistemas afetados”, acrescenta.

O sistema voltou a funcionar por volta das 18h30, ainda com alguma instabilidade. Alguns dados estatísticos, porém, estão indisponíveis. “Por conta da instabilidade apresentada na tarde desta segunda-feira, nos sistemas do TSE, o tribunal está revisando os dados, que serão divulgados em momento oportuno, ainda nesta semana”, diz o comunicado. Nesses dados constavam, por exemplo, o número de jovens de 17 anos que tinham se habilitado, até 30 de abril, para votar em outubro.

Por causa da grande demanda de última hora, o TSE informou que os cartórios eleitorais regionais estão funcionando com horário estendido em uma hora — passaram a atender até as 18h.

Serviços

No portal do TSE (tse.jus.br) é possível consultar todas as pendências eleitorais. O eleitor pode solicitar revisão de dados de títulos cancelados, que, segundo a Corte, entre 2018 a 2021, chegaram a seis milhões de documentos invalidados. O cancelamento ocorre quando o cidadão deixa de cumprir alguma obrigação eleitoral, como não atender a chamado da Justiça Eleitoral ou deixar de votar, sem justificativa, por três vezes seguidas. Para quem não coletou a biometria, no entanto, o cancelamento foi suspenso pelo tribunal.

Também podem ser feitas alterações no cadastro eleitoral — como atualização de endereço, inclusão de nome social e mudança

Elio Rizzo/Esp. CB/D.A Press - 31/10/10



O não comparecimento para votar rende multa e pode resultar, inclusive, no cancelamento do título

Chamada final

Veja como proceder para ficar apto a votar em outubro

» **Regularização do título**
Acesse o site do TSE (<https://www.tse.jus.br/>) e clique na aba: situação eleitoral. Lá, encontrará o status do seu título, regular ou cancelado. Em caso de multas, será possível emití-las.

» **Solicitar segunda via**
Utilize a versão digital baixando o aplicativo e-título em seu dispositivo eletrônico (smartphone ou tablet). O sistema está disponível nas lojas Android e iOS gratuitamente. Você também pode solicitar uma via impressa

gratuitamente em um cartório eleitoral. Esteja com os seguintes documentos: documento oficial de identificação; comprovante de residência recente (últimos três meses); certificado de reservista.

» **Como solicitar transferência?**
O atendimento é feito de forma virtual por meio do portal <https://www.tse.jus.br/eleitor/> autoatendimento-do-eleitor/#/. O tribunal ressalta que é preciso estar residindo há, pelo menos, três meses no novo município e que já tenha transcorrido, no mínimo, um ano da data do alistamento eleitoral ou da última transferência de título.

» **Como tirar o título de eleitor**
Primeiramente, é necessário digitalizar documento oficial de identidade com foto (frente e verso); comprovante de residência recente (no caso de transferência, prazo mínimo de três meses de residência no novo endereço); comprovante de pagamento de débito com a Justiça Eleitoral (quando houver débito); e comprovante de quitação do serviço militar, para o alistamento, sendo o requerente do sexo masculino (para homens com 19 anos que ainda não tenham título eleitoral). Feito isso, acesse a página do Título Net e clique no link iniciar seu atendimento a distância.

de zona ou seção eleitoral.

As eleições no Brasil têm atraído a atenção de celebridades internacionais. Ontem, o ator Mark Hamill, astro de *Star Wars*, aderiu à campanha que incentiva jovens de 16 e 17 anos a votarem em outubro. “Tirem o título de eleitor até 4 de maio, jovens do Brasil! May the 4th be with you...All!”, escreveu Hamill, no Twitter, num trocadilho com a frase dos jedis “que a força esteja com você”.

Antes de Hamill, o ator Mark Ruffalo, conhecido por diversos personagens, entre eles o

super-herói verde “Hulk”, também mandou um recado aos eleitores mais jovens. “Galera do Brasil! Deem RT aqui com os vídeos que vocês fizeram incentivando outros jovens a tirar o título. Vou repostar cinco vídeos antes da data-limite de 4 de maio. Vamos bombear essa campanha! A democracia e o planeta saem ganhando”, escreveu.

O astro Leonardo DiCaprio, ativista da causa ambiental, também havia se manifestado na semana passada com o mesmo pedido aos jovens. Ontem,

ele fez nova postagem. “Obrigado aos heróis da democracia no Brasil que estão ajudando os jovens a se registrar para votar. Para saber mais sobre como tirar o seu título on-line até o dia 4 de maio, acesse <http://seu-votoimporta.org>, <http://cadaavotoconta.org.br>, <http://olhaobarulhinho.com>”, escreveu o ator em inglês e português.

De janeiro até 31 de março, o Brasil ganhou pouco mais de 1 milhão de novos eleitores na faixa etária de 15 a 18 anos. **(Colaborou Deborah Hana Cardoso)**

Segurança reforçada para candidatos

» TAÍSA MEDEIROS

Mais de 80 policiais começaram, ontem, um curso básico de proteção à pessoa visando o reforço da segurança dos candidatos que vão concorrer ao Palácio do Planalto em outubro. A estratégia é liderada pela Polícia Federal, que decidiu adiantar a preparação dos esquemas de proteção.

A expectativa de uma disputa acirrada entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — líderes das pesquisas

de intenção de voto — colaborou para a iniciativa de reforço do esquema de segurança dos candidatos. Desde março, a Polícia Federal trata do tema. Na época, enviou aos partidos um ofício em que informava a antecipação dos processos de elaboração do plano de proteção dos presidenciais. As informações são da *Folha de S.Paulo*.

“Firme no propósito institucional de aperfeiçoar a atuação e de mitigar os riscos para a segurança dos candidatos e de todos os envolvidos no processo democrático eleitoral, a Polícia

Federal tem antecipado as ações visando a elaboração do planejamento operacional para as eleições presidenciais de 2022 e dos planos de ação de segurança pessoal dos candidatos”, diz o ofício.

A PF ainda afirma ter “um planejamento operacional bem elaborado, eficiente demanda, tempo razoável para sua confecção e constante diálogo” com os representantes da campanha e, por isso, já estava querendo iniciar as tratativas com os dirigentes dos partidos que tiveram candidatos.

PF/ Divulgação



PF lidera a estratégia de proteção a presidenciais

Solidariedade vai anunciar apoio a Lula

» VICTOR CORREIA

O Solidariedade, partido presidido pelo deputado federal Paulinho da Força, oficializará, hoje, o apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O evento ocorrerá em São Paulo.

Paulinho receberá Lula; a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann; o pré-candidato a vice na chapa com o petista, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB);

e a deputada Marília Arraes (PE) — que trocou o PT pelo Solidariedade em março.

O apoio a Lula chegou a ficar sob risco após Paulinho da Força ser vaiado em ato com centrais sindicais no último dia 14. Lula e Gleisi, porém, reuniram-se com o deputado, cinco dias depois, para resolver a questão. O presidente da legenda, então, reafirmou o apoio.

“O Solidariedade vai construir uma frente ampla com

diversas lideranças e partidos que querem se unir a favor de melhorias para o Brasil. Mas, para isso, precisamos nos unir para apoiar Lula nas próximas eleições presidenciais”, afirmou Paulinho da Força, em nota divulgada pela legenda. “Consolidar essa aliança é muito importante para trabalhadores, aposentados e para quem está em situação de extrema pobreza”, acrescentou o texto.

Paulinho da Força é considerado um articulador importante para a formulação de uma frente ampla de apoio à chapa Lula-Alckmin. Em coletiva após a reunião com os líderes do PT, o deputado afirmou que pretende conversar com integrantes de MDB, PSD e Avante.

Na semana passada, PSol e Rede Sustentabilidade também anunciaram oficialmente o apoio à pré-candidatura do ex-presidente.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Quando a liberdade de expressão é um subterfúgio

O pensamento liberal no Brasil muitas vezes é traduzido com segundas intenções. Por exemplo, na Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro II, o direito à propriedade privada não foi adotado para favorecer o florescimento de uma economia capitalista como as que se desenvolviam na Europa e nos Estados Unidos, mas para proteger o regime escravocrata. O dogma liberal era invocado sempre que se falava de abolição, pois os escravos eram considerados propriedade inalienável. Ou seja, um fundamento das revoluções burguesas serviu a três gerações de escravocratas, até 1888. Hoje, o racismo estrutural, a causa de muitas das nossas desigualdades, é um mal invisível, que ninguém confessa, como a inveja.

De igual maneira, a nossa legislação trabalhista surgiu durante a Carta Magna de 1937, a constituição fascista do Estado Novo. Nem todos os seus dispositivos estavam a serviço do regime autoritário, mas toda a parte que envolvia os direitos coletivos, como greves, sindicatos, convenção coletiva e mesmo a Justiça do Trabalho, serviam ao corporativismo estatal inspirado na Carta del Lavoro, fascista. Entretanto, o engessamento da legislação trabalhista e sindical não impediu o posterior desenvolvimento dos direitos dos trabalhadores nem o avanço nas relações sociais.

Não é de se estranhar que o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, no confronto com o Supremo Tribunal Federal (STF), a propósito do chamado inquérito das fake news, esgrimam o princípio da liberdade de expressão contra o Estado democrático de direito. No caso do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), que desafia o STF, se invoca o princípio da liberdade de expressão com a mesma esperteza que os senhores de escravos defendiam o direito à propriedade privada.

A liberdade de expressão é uma conquista de toda a humanidade, faz parte dos direitos fundamentais das pessoas, nas legislações da ONU, convenções internacionais e países democráticos. No Brasil, esse conceito dá suporte à democracia, pois afasta a ideia de censura que marca os governos autoritários. Soberania, cidadania, dignidade humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político estão associados à liberdade individual. A filósofa Hanna Arendt dizia que o pensar e o agir politicamente são o fundamento da condição humana, que não pode ser dissociada da liberdade de opinião.

Obama

O Art. 5º, IV da Constituição Federal diz: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Entretanto, é assegurado o direito de resposta aos prejudicados, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem (inciso V). No Art. 200, a lei diz: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Porém, há limites para esse direito, em especial quando é utilizado para violar ou negar garantias fundamentais estabelecidas pela Constituição. Por exemplo, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

No Brasil, a lei não admite censura, mas há responsabilização, inclusive punitiva. O Estado democrático não restringe informações e ideias, mas deve responsabilizar o cidadão que não respeite o direito dos demais. Nos Estados Unidos, por exemplo, o ex-presidente Barack Obama faz autocrítica de não ter se preocupado com as fake news como deveria. Agora, promove um debate sobre o funcionamento das redes sociais e sua utilização para influenciar o resultado das eleições. Acusa a Rússia de favorecer a eleição de Donald Trump “trolando” as redes sociais norte-americanas. O *The Washington Post*, recentemente, dedicou um editorial ao tema, a propósito dos questionamentos de Obama, que fez um apelo para que as empresas de tecnologia se “redesenhem” para proteger o público da polarização de falsidades on-line.

Em um longo discurso na Universidade de Stanford, localizada no coração do Vale do Silício, Obama falou sobre as maneiras pelas quais as plataformas de tecnologia ajudaram a dividir o público, espalhar desinformação e corroer a confiança nas instituições democráticas, levando à ascensão de autocratas e mortes desnecessárias pelo coronavírus. “As pessoas estão morrendo” por causa da desinformação nos serviços de mídia social, disse ele. As empresas não estão sendo transparentes com o público sobre como seus algoritmos — o software que usam para espalhar conteúdo em seus serviços — funcionam.

Obama afirmou que, quando era presidente, não percebeu “como nos tornamos suscetíveis a mentiras e teorias da conspiração, apesar de ter passado anos sendo alvo de desinformação”, dizendo que ainda guarda arrependimentos até hoje. A desinformação refere-se a uma campanha coordenada por líderes políticos, corporações ou outras figuras para espalhar falsidades prejudiciais e narrativas enganosas.